

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 04/2018

Data: 21/05/2018 – 13h

Local: 24º andar do Edifício Sede – Auditório



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho	
Hilda Maria Francisca de Paula	Vice-Presidência Administrativa
Carolina Carvalho de Toledo Murat	Vice-Presidência Administrativa
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic)
Ricardo Alex Serra Viana	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/Setic)
Rogério Machado de Almeida	Seção de Compliance de TIC (SCTIC/Setic)

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Demandas Orçamentárias encaminhadas ao CSJT;
2.	Proposta Orçamentária 2019 – Demandas incluídas fora do prazo;
3.	Demandas de homologação de software de unidades do TRT;
4.	Auditoria CNJ nº 01/2018 - Governança e Gestão de Tecnologia da Informação;
5.	Posicionamento do status das ações do Plano de Ação da Resolução 211 do CNJ;
6.	Recursos Orçamentários destinados à Infraestrutura do PJe;
7.	Assinatura das Atas de Reuniões.

A Desembargadora Cândida deu início à reunião, passando a palavra para Marcio Nisi, que explicou que nesta reunião serão discutidos os assuntos relacionados às Demandas Orçamentárias encaminhadas ao CSJT e às demandas incluídas fora do prazo na Proposta Orçamentária para 2019.

Foi apresentada a planilha orçamentária referente a 2019, já com as alterações acordadas na reunião anterior e foi explicado que o documento será anexado à ata da respectiva reunião.

Serão discutidas também demandas de homologação de software de unidades do TRT, bem como recursos orçamentários destinados à Infraestrutura do PJe.

Haverá igualmente a apresentação do posicionamento do status das ações do Plano de Ação da Resolução 211 do CNJ e das respostas do questionário relativo à Auditoria CNJ nº 01/2018 - Governança e Gestão de Tecnologia da Informação;

Por fim, prevê-se a assinatura de Atas de Reuniões anteriores.

1. Demandas Orçamentárias encaminhadas ao CSJT

Marcio Nisi apresentou as demandas orçamentárias a serem encaminhadas ao CSJT e sugeriu, havendo concordância do Comitê, a análise individual conforme detalhado a seguir:

Item 1- Impressoras multifuncionais laser A4, incluindo garantia e suporte técnico "on-site" por período de 36 (trinta e seis) meses;

Item 2-Equipamentos digitalizadores em tamanho A4 (scanners), incluindo garantia e suporte técnico "on-site" por período de 36 (trinta e seis) meses;

Item 3-Comutadores topo de rack para os Datacenters da Sede e do Fórum Ruy Barbosa;

Item 4-Modernização da Rede SAN, cujos equipamentos possuem 07 anos de uso (PROAD 20211/2017);

Item 5-Modernização da Rede LAN, incluindo a compra de switchs core e topo de rack para a Sede (em razão de obsolescência dos equipamentos atuais) e de switchs core para Zona Leste e Millenium, por não ser vantajosa a contratação de manutenção (PROAD 1546/2017);

Item 6-Compra de Servidores de Rede, para substituição de servidores que possuem sete anos de uso e que se encontram obsoletos (PROAD 1554/2017);

Item 7-Contratação de suporte para os Storages V5000 utilizados no PJE (PROAD 1551/2017);

Item 8-Aquisição de Subscrições Jboss adicionais para o PJE, por meio de pedido em ata do TRT7, conforme estudo apenso ao PROAD 1539/2017;

Item 9-Aquisição de Firewall-NG, com o intuito de substituir a solução atual e o filtro de conteúdo web, que possuem sete anos de uso (PROAD 8786/2018).

O Comitê se manifesta no sentido de, considerando a necessidade de formalização individualizada solicitada pelo Conselho e o seu caráter nacional decorrente da uniformização de sistemas preconizada pelo CSJT e considerando ainda outras demandas deste Regional que comprometem o orçamento próprio, anuir que as demandas sejam encaminhadas ao CSJT.

2. Proposta Orçamentária 2019 – Demandas incluídas fora do prazo

Marcio Nisi apresentou a nova tabela orçamentária, com os itens que foram incluídos após a revisão feita anteriormente; sugeriu, havendo concordância do Comitê, tratar todos os casos incluídos:

Item 1-Impressora colorida para papel A4: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 2-Atualização de 3 licenças do software Articulate mais compra de 1 licença nova: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 3-Aquisição de uma licença Corel Draw versão 7.0 ou mais atualizada: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 4-Atualização de 19 licenças do MS Office versão 2018.e aquisição de 6 licenças de MS Office versão 2018: o Comitê aprova a demanda, ressaltando a necessidade de estudo técnico que justifique a substituição das ferramentas atualmente em uso na área;

Item 5-Compra de monitores com suporte para criação de centrai de monitoramento: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 6-Renovação do contrato de suporte técnico do Scanner Planetário de Mesa: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 7-Aquisição de 12 microcomputadores para sistema de monitoramento de vídeo: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019, devendo ser solicitado à unidade demandante que informe em detalhes a alocação dos equipamentos a serem adquiridos;

Item 8-Contratação de Serviço técnico especializado para a gestão da plataforma de Educação a Distância da Escola Judicial: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

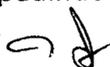
Item 9-Continuidade do contrato CD-42/2016 de suporte técnico e manutenção da Protocoladora Digital de Documentos Eletrônicos Appliance BRy PDDE: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019;

Item 10-Aquisição de equipamento de digitalização A3: o Comitê anuiu que a demanda seja incluída na proposta orçamentária de 2019, ressaltando que o estudo deverá verificar a viabilidade técnica e econômica de efetuar contrato de manutenção;

Item 11-Contratação/instalação de solução em gerenciamento de atendimento para as unidades médicas do TRT2 (FILA): o Comitê solicitou que a requerente apresente estudos que justifiquem a necessidade de contratação da solução pretendida, considerando a demanda, para posterior análise;

Item 12-Contratação de Fornecedora de Software ERP sob medida para Gestão Patrimonial: Márcio Nisi e Ricardo Viana esclarecem que há um sistema de Gestão Patrimonial que está em processo de nacionalização por parte do CSJT; que os sistemas do tipo ERP são de complexa adaptação e implantação e têm alto custo; que já houve iniciativa anterior no TRT2 de contratação desse tipo de sistema que restou fracassada e gerou questionamentos no contrato. Esclarecem ainda que devido a esta complexidade de adaptação, a finalização da implantação poderá ocorrer concomitantemente com a nacionalização do sistema próprio do CSJT, o que pode incorrer em custo desnecessário. Embora o sistema nacionalizado, em um primeiro momento, possa não atender a todas as funcionalidades apontadas pelo demandante, as dificuldades iniciais ficam superadas pelos benefícios advindos de um sistema nacionalizado, sendo certo que o desenvolvimento do sistema poderá contemplar as necessidades demandadas posteriormente.

O Comitê, diante destas considerações, concluiu por não incluir a demanda na proposta orçamentária do exercício 2019, nada impedindo que, em caso de insucesso na nacionalização do sistema em pauta, a demanda seja reavaliada.



O Comitê ressalva que as demandas aprovadas neste item dependerão de disponibilidade orçamentária ou de eventual realocação de recursos. Márcio Nisi propõe que, havendo disponibilidade de recursos orçamentários no presente exercício, algumas demandas poderão ser antecipadas. O Comitê anuiu com a possibilidade de antecipação de atendimento das demandas no presente exercício em havendo disponibilidade orçamentária.

3. Demandas de homologação de software de unidades do TRT

Marcio Nisi comentou a respeito de eventual mudança no processo de homologação de software solicitada pela Presidência do TRT2, em que a demanda seria primeiro analisada pelo Comitê de Tecnologia da Informação, para, somente após anuência deste, ser feito um estudo técnico de viabilidade de implantação no ambiente informatizado do TRT2. O Comitê concordou com a alteração, e foram analisadas as seguintes demandas:

Item1-PROAD 10210/18 Requisição para instalação de aplicativo/programa Voice Note: o Comitê sugere que a demanda seja encaminhada para a apreciação da Presidência do TRT2, com vistas à verificação da possibilidade de implantação de um projeto-piloto, com a ressalva de que o software seja utilizado somente no momento da audiência e não seja utilizado para degravação posterior dos depoimentos com vistas a gerar a verificação imediata pelas partes do texto compilado;

Item2-PROAD 11275/18 Solicitação de homologação de software para acúmulo de dados na área de transferência: o Comitê deliberou que o demandante seja instruído a acionar o Service Desk da SETIC para que seja orientado a utilizar soluções alternativas já disponíveis no ambiente computacional do TRT2;

Item3-PROAD 11478/18 Pedido de autorização de uso Software JING: o Comitê deliberou que o demandante seja instruído a acionar o Service Desk da SETIC para que seja orientado a utilizar soluções alternativas já disponíveis no ambiente computacional do TRT2;

4. Auditoria CNJ nº 01/2018 - Governança e Gestão de Tecnologia da Informação

Marcio Nisi explicou o contexto de realização da Auditoria Interna nº 1/2018, coordenada pelo CNJ, sobre Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e apresentou o questionário enviado já com a sugestão de respostas que serão dadas e indicação de evidências que serão anexadas.

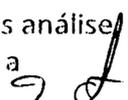
Feita análise das respostas do questionário, o Comitê deliberou por consultar a SGP a respeito do andamento dos trabalhos relativos ao Processo SGP 12/2016 (Política de Gestão do Pessoal de TIC); aprovou as respostas e evidências e deliberou que o questionário seja anexado na ata, respeitando a confidencialidade e sigilo sobre o tema.

5. Posicionamento do status das ações do Plano de Ação da Resolução 211 do CNJ

O assunto será apresentado na próxima reunião.

6. Recursos Orçamentários destinados à Infraestrutura do PJe

Marcio Nisi adiantou o assunto de que o representante do Comitê Regional do PJe, Exmo. Desembargador Jomar Luz de Vassimon Freitas, recebeu ofício do CNJ solicitando que, após análise encaminhe ao CTI parecer e manifestação acerca de garantir a alocação orçamentária para a



manutenção dos contratos de Infraestrutura do Pje. Desta forma, o assunto deverá ser tratado na próxima reunião do CTI.

7. Assinatura das Atas de Reuniões

Foi assinada a ata da reunião CTI 03/2018; para a ata CTI-CSIC 01/2018 serão necessários ajustes e a respectiva assinatura ocorrerá oportunamente.

Assuntos Gerais

A próxima reunião foi pré-agendada para 15/06/18, às 13h.



Id	Pendências	Responsável	Prazo
1	consultar a SGP a respeito do andamento dos trabalhos relativos ao Processo SGP 12/2016	SETIC	25/05/18

Cândida

DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO

COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho

JUIZ CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO

JUIZ DO TRABALHO

